

## PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA



<https://doi.org/10.56238/arev6n1-028>

Data de Submissão: 30/08/2024

Data de Publicação: 30/09/2024

### **Alex Cruz Brasil**

Mestrando em Educação  
Universidade Católica de Brasília  
E-mail: alexcruzbrasil@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6444-9708>  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3965913436318177>

### **Valdoir Pedro Wathier**

Doutor em Educação  
Universidade Católica de Brasília  
E-mail: valdoirpw@gmail.com/  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4651-0105>  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0416811742004822>

### **Fellipe de Assis Zaremba**

Mestrando em Educação  
Universidade Católica de Brasília  
E-mail: fellipeazaremba@yahoo.com.br  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6179-9164>  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7510503631327382>

### **Lucas Alves Furtado**

Mestrando em Educação  
Universidade Católica de Brasília  
E-mail: lucasfurtadoaf@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4752-5721>  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9497899935033888>

### **RESUMO**

Este artigo examina a política pública do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), contextualizando suas implicações pedagógicas e legais dentro do sistema educacional brasileiro. Há um intenso processo de mediação entre a crise da educação e a não apropriação no espaço escolar da gestão de excelência dos processos educacionais, pedagógicos e administrativos e o fortalecimento de valores humanos e cívicos (hierarquia, currículo estruturado, eficiência e produtividade, obediência, paz armada e codificação), pois estes conduzem à impossibilidade de compreender as tarefas epistemológicas de educação, colocando sobre estas expectativas que não lhe competem, causando assim um discurso que revela uma postura de alienação diante dos problemas mais amplos da sociedade. O objetivo é analisar as influências do PECIM na educação, com foco nas identidades e liberdades dos estudantes. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica, análise de legislações educacionais, leitura de artigos acadêmicos e exame de documentos oficiais relacionados à implementação do programa. Os resultados indicam que o PECIM pode representar um retrocesso ao

adotar um modelo de ensino autoritário, conteudista e neotecnista, onde a centralização do papel do professor é acompanhada por uma diminuição de sua autonomia. Ao mesmo tempo, a política pública também revela uma distorção nos investimentos, com recursos educacionais sendo desviados para o pagamento de pessoal militar, o que compromete a qualidade e a natureza democrática da educação pública. Este desvio de recursos contradiz os princípios constitucionais que defendem uma educação pública, democrática e de qualidade, acessível a todos.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. PECIM. Políticas Públicas. Gestão Militar.

## 1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade organizada sob um estado democrático de direito, as políticas públicas devem refletir os interesses da população, formuladas por representantes políticos que busquem beneficiar o maior número possível de cidadãos. Compreender as políticas públicas relacionadas à educação possibilita perceber como elas se situam em um contexto histórico influenciado por relações de poder desiguais. A avaliação crítica dessas políticas é essencial para identificar suas falhas, desafios e, principalmente, os progressos no setor. Lawrence M. Mead (1995) define política pública como uma área de estudo político que investiga o governo em relação a questões públicas importantes. Laurence E. Lynn (1980) a descreve como um conjunto de atitudes governamentais que geram efeitos específicos. Em consonância com essas definições, Celina de Souza (2006) caracteriza política pública como uma área do conhecimento que visa tanto "colocar o governo em atividade" quanto analisar essa ação, sugerindo mudanças quando necessário. A formulação de políticas públicas envolve o processo através do qual governos democráticos traduzem suas intenções e plataformas eleitorais em projetos e ações que podem ou não gerar transformações significativas na sociedade (SOUZA, 2006). Renato Raul Boschi (1982), pesquisador de políticas públicas e desenvolvimento, define políticas públicas como "respostas do Estado a demandas sociais, formuladas através de processos políticos e administrativos."

Não obstante, para compreender as nuances políticas e o panorama social que levaram à implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), é essencial contextualizar os conceitos de política pública, sua trajetória nas mudanças de governo e as relações com os interesses dos grupos de poder vigentes. O PECIM, instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, para organizar a Escola Cívico-Militar (ECIM) em escolas públicas de ensino regular que possuem baixo resultado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e que atendam alunos em situação de vulnerabilidade. Surge, nos discursos e nos documentos disponibilizados no Observatório Social PACIM, como uma tentativa de enfrentar os grandes problemas nacionais e os entraves ao desenvolvimento social, visando a construção de um país mais igualitário e justo. No entanto, essa proposta levanta questionamentos importantes: a educação pública, laica, democrática e plural está em risco? Os princípios constitucionais do direito à educação, a liberdade de cátedra, a pluralidade de pensamento, a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática do ensino, estão ameaçados e comprometidos? As respostas possíveis e as novas perguntas pretendem no seu conjunto, analisamos a política pública do PECIM, suas diretrizes, objetivos, implementação e crescimento, contextualizando-a frente às legislações educacionais vigentes.

Buscamos evidenciar as reflexões que este programa de política nacional representa na educação e os efeitos que pode ter sobre os estudantes, suas identidades e liberdades.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, análise de legislações educacionais, leitura de artigos e investigação em documentos oficiais de implantação do programa. Dermeval Saviani, um dos teóricos mais influentes da educação brasileira, define política pública educacional como "um conjunto de ações e normativas elaboradas e implementadas pelo Estado, com o objetivo de organizar, regular e orientar os processos educativos na sociedade." Saviani destaca a importância dessas políticas para garantir a universalização do acesso à educação e a melhoria da qualidade do ensino. Concordando com Saviani, é claro que a política pública deve ser conduzida pelo Estado e não pelas forças armadas ou por um ministério específico.

Portanto, a defesa de um sistema educacional público que preserve a liberdade de cátedra, a pluralidade de pensamento, a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática é crucial para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade deveras democrática.

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, de revisão bibliográfica. Buscou-se analisar e interpretar documentos oficiais, livros, publicações em periódicos reconhecidos e teses doutorais sobre o tema, para assim desenvolver uma análise crítica a partir de fontes primárias e secundárias, de acordo com Severino (2016). As etapas metodológicas foram a seleção de fontes confiáveis, leitura crítica, síntese e organização, e por fim, a escrita do artigo.

### **2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: QUAL POLÍTICA? PARA QUAL PÚBLICO?**

É indiscutível que o Estado, através de seus órgãos deliberativos, deve desenvolver políticas de educação para atender às necessidades da população. No entanto, é crucial analisar as funções que essas políticas pretendem exercer, seu público-alvo e os princípios que as norteiam. De acordo com Horta (1987), uma abordagem realista da política educacional reconhece sua inserção na política global do país, determinada pela hegemonia dos que controlam o Estado.

No contexto do neoliberalismo econômico, a função social da educação é moldada de acordo com os interesses das forças produtivas dominantes. As políticas educacionais são concebidas para manter o status quo (Horta, 1987).

A emergência das políticas públicas ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, especialmente durante a Guerra Fria, um período marcado pela rivalidade entre os blocos liderados pelos Estados

Unidos e pela União Soviética. Segundo Souza (2006), a introdução das políticas públicas como instrumento de tomada de decisões governamentais foi impulsionada pela Guerra Fria e pela valorização da tecnocracia como meio de lidar com suas consequências.

A partir desse ponto, as políticas públicas passaram a abranger diversas áreas sociais do Estado, incluindo a educação. Souza (2006) ressalta que a aplicação de métodos científicos na formulação e implementação das políticas governamentais se expandiu para outras áreas, incluindo a política social.

As políticas públicas nacionais devem abordar questões que permitam ações amplas e impactem o maior número possível de pessoas. Elas também têm como objetivo corrigir desigualdades e suprir necessidades regionais ou sociais em nível federal. Machado (2021) destaca a importância de que tais políticas estejam impregnadas de iniciativas que promovam um bem maior e justiça social, refletindo valores e crenças sobre a realidade.

Na década de 1970, surgiu a ideia de que o Estado era grande e ineficiente, gastando mal seus recursos, especialmente em áreas sociais. Essa ideia influenciou inicialmente os países centrais e, posteriormente, os em desenvolvimento como o Brasil. Peroni (2006) explica que a estratégia neoliberal visava culpar os custos crescentes das políticas sociais e suas consequências sobre os fundos públicos, a inflação e o endividamento, destacando a importância do mercado como mecanismo de alocação de recursos.

Uma crise no modelo capitalista provocou uma reorganização do capital e uma crise fiscal no Estado nas últimas décadas do século XX. Essa crise foi catalisada por fatores como o modo de produção neoliberal, a globalização da economia e as mudanças no papel do Estado, com a diminuição da ação estatal nas políticas sociais e educacionais. Peroni (2006) observa que o mercado buscava reduzir o poder das instituições governamentais, transferindo a execução das políticas sociais para entidades não governamentais.

O capital globalizado influenciou as políticas públicas de educação de acordo com seus interesses, visando formar uma nova demanda de mão de obra por meio de um modelo de educação neoliberal. Sanfelice (2008) afirma que a globalização do capital subordinou a educação ao lucro, interferindo nos Estados e colocando-se acima deles como um governo supranacional. As transformações resultaram em uma série de mudanças impulsionadas pelas reestruturações no processo produtivo, através da adoção de formas de produção flexíveis. Estas envolvem rápidas alterações nos padrões de desenvolvimento desigual, na inovação científico-tecnológica aplicada aos processos produtivos e nos novos modelos de gerenciamento do trabalho. Chesnais (1996), ao analisar a economia política no contexto do capitalismo, observa que as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização adotadas pelos Estados capitalistas a partir de 1978 aumentaram a

liberdade do capital para se movimentar em escala internacional. Isso foi possibilitado pelas tecnologias informacionais aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão e finanças (capital financeiro)<sup>i</sup>, abrangendo diversas regiões do mundo com recursos e mercados, o que evidencia ainda mais o caráter excludente do capital.

Para alcançar seus objetivos, o capital globalizado utilizou organismos internacionais como o Banco Mundial, a ONU, a OMC, a OIT, a OMS, o FMI, a OCDE, a FAO, a UNESCO e o UNICEF, entre outros. Sanfelice (2008) destaca que os estudos sobre as políticas educacionais induzidas por essas agências demonstram que os 'novos tempos' pautaram a Educação.

As políticas públicas, originadas da ação política do Estado, apresentam nuances específicas conforme as orientações do governo que as conduz. Contudo, suas finalidades e impactos devem respeitar os direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988. As políticas e programas educacionais demandam processos transparentes e democráticos, articulados com as demandas da sociedade civil e direcionados ao enfrentamento das questões prioritárias da educação. Duarte (2017) destaca a importância de ações institucionais advindas de conferências, congressos, conselhos, fóruns, sindicatos, associações e audiências públicas.

Em um país complexo, multicultural e diverso como o Brasil, as políticas públicas em educação devem atender a todas as comunidades e garantir uma educação laica, republicana, democrática, inclusiva e acessível a todos. As escolas, como unidades micro do sistema educacional, precisam entender que as políticas públicas influenciam em sua dinâmica, seja na formação de professores, no material didático, no currículo, na infraestrutura ou nos objetivos educacionais. Cássio (2019) ressalta a importância de desmistificar a política educacional e humanizar seu funcionamento, compreendendo quem são os grupos e as pessoas cujas decisões terão consequências para professores, famílias e alunos.

Sob a ótica de SAVIANI (2011), as políticas educacionais são influenciadas pelas dinâmicas sociais e econômicas, refletindo as relações de poder na sociedade. A Política educacional é entendida como o conjunto de princípios e normas que regulam o funcionamento da educação e que são construídas a partir da luta de classes.

Para compreender a implementação de políticas educacionais autoritárias como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e o declínio da democracia nos espaços educacionais, é necessário entender as nuances sociais, políticas e econômicas do panorama brasileiro das últimas décadas.

### 3. RESULTADOS

#### 3.1 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ENTRE O AUTORITARISMO E A DEMOCRACIA

Em 1964, o Brasil foi palco de um golpe militar que resultou em 21 anos de regime autoritário. Durante esse período, os direitos dos cidadãos foram cerceados, implantou-se a censura, tortura, sequestros, assassinatos e ilegalidades. Na área da educação, os militares perseguiram estudantes e professores, invadiram universidades e entidades estudantis. Segundo Lima (2020, p. 132), "A área educacional foi particularmente atingida. Além do fim da autonomia estudantil, foram punidos com a perda de seus cargos e direitos políticos educadores cujo pensamento e ação eram julgados subversivos, como os três maiores nomes brasileiros do setor: Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire."

Ao seu fim em 1985, milhões de brasileiros saíram às ruas das principais capitais para pedir por liberdade e eleições diretas para presidente, no que ficou conhecido como o movimento das Diretas Já. Segundo Schwarcz (2015, p. 484), "Em Belo Horizonte, reuniu cerca de 300 mil manifestantes na Praça Rio Branco; o segundo, no Rio de Janeiro, levou 1 milhão de pessoas para a Candelária; o último, em São Paulo, bateu a marca de 1,5 milhão de participantes." Os ventos de mudanças políticas e sociais traziam esperança para os brasileiros, e na área da educação não era diferente, vários movimentos pela escola pública para todos, laica, democrática, com liberdade, amplo acesso e permanência ganhavam força.

O que se concretizou parcialmente na Constituição Federal de 1988, trazendo avanços nas políticas públicas de educação como a obrigatoriedade do ensino público, em seu artigo 208, como dever do Estado a oferta de ensino fundamental, a progressiva universalização do ensino médio gratuito e, ainda, tornando o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo e a responsabilização da autoridade competente caso não haja o cumprimento desta lei. A obrigatoriedade da criação do Plano Nacional de Educação (PNE) também foi um dos avanços na educação, nos termos do artigo 214 da Constituição Federal de 1988, e, posteriormente, dos artigos 9º e 87 da Lei 9.394/1996 (LDB). Dessa forma, o Plano Nacional de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação têm como princípios o amplo acesso ao ensino, a democratização da escola, o respeito às diversidades e ao livre pensamento.

As mudanças na educação pública desencadearam rupturas nos modelos autoritários e excludentes de ensino e buscaram democratizar a educação, prevendo a eleição de gestores nas escolas e inclusão de segmentos da sociedade à margem do sistema educacional. Nos anos 90, houve a universalização do ensino, as redes ampliaram a oferta de vagas progressivamente para atender as várias camadas da população em variados níveis de ensino, ainda com dificuldades, mas mais

capilarizadas do que décadas atrás. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1968 havia 11.943.506 matrículas no antigo primário, em 1988 já havia 23.534.971 matrículas no ensino fundamental e em 1998 registrou 34.409.208 matrículas no ensino fundamental, todas considerando apenas escolas públicas das esferas municipal, estadual e federal. Em dez anos após a obrigatoriedade do ensino fundamental de acordo com o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, o número de matrículas aumentou 26,8%.

Apesar desses avanços, nas últimas décadas, a educação brasileira sofreu influências de uma política neoliberal, conservadora, privatista que entende o ensino-aprendizagem público como uma empresa. Várias ações do poder público se encaminharam nesse sentido, cortes de verbas na área de educação superior, transferência de verbas para instituições privadas e Organizações não-governamentais - ONGs, projetos como o do Novo Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o congelamento de 20 anos nos investimentos públicos são apenas uma parte desse caminho. Num rompimento com o modelo político democrático, a partir de 2012, uma onda conservadora convergiu na última década no Brasil, que acompanhou orientações conservadoras pelo mundo, com uma pauta política radical de direita, de costumes, religiosa, que faz ataques a comportamentos progressistas, às instituições como um todo e à democracia.

## **4 DISCUSSÃO**

### **4.1 A POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES - PECIM: RETROCESSO AOS MODELOS AUTORITÁRIOS DE EDUCAÇÃO**

Independentemente do grupo político no poder, as políticas públicas devem ter como foco os interesses da população, especialmente nos programas nacionais de educação. A discricionariedade do gestor público não pode se sobrepor à efetivação dos direitos e garantias fundamentais constitucionais. Não deve existir um modelo de educação pública voltado apenas para um público específico, nem um financiamento direcionado exclusivamente a um modelo de gestão escolar. As políticas públicas devem ser concebidas como políticas de Estado, visando melhorias na educação de forma ampla e duradoura, e não como iniciativas de governos transitórios.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) requer a compreensão de diferentes modelos de escolas militares. As Forças Armadas, por sua natureza tradicional e dogmática, possuem instituições próprias para o treinamento e formação de suas tropas, como a Escola Superior de Guerra, a Escola Naval e a Academia Militar das Agulhas Negras. Os colégios militares, financiados pelas Forças Armadas, possuem normas exclusivas e reservam vagas para filhos de militares, destacando-se como um sistema fechado e específico.



Outro modelo são as escolas cívico-militares, resultantes de convênios entre secretarias de educação estaduais e municipais com órgãos militares locais, como a Polícia Militar ou o Corpo de Bombeiros Militar, operando sob uma gestão compartilhada. O PECIM, instituído no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), buscou transformar escolas públicas em unidades militarizadas, transferindo recursos e responsabilidades de gestão para militares escolhidos pelo Ministério da Defesa. Esta política pública emergiu de uma promessa de campanha de Bolsonaro, com a justificativa de melhorar índices de desempenho escolar, segurança e comportamento dos alunos.

O PECIM, como registrado anteriormente, foi estabelecido pelo Decreto nº 10.004, de 6 de setembro de 2019, detalhando objetivos como fortalecer as escolas participantes, contribuir para o Plano Nacional de Educação, melhorar a qualidade da educação básica e reduzir a violência escolar. No entanto, a implementação do programa gerou críticas sobre o estigma de escolas públicas como ambientes indisciplinados e violentos, argumentando que os problemas enfrentados são resultado de variáveis externas, como vulnerabilidade social e infraestrutura precária, que independem da gestão escolar.

O modelo cívico-militar contrasta com os princípios educacionais assegurados na Constituição Federal de 1988, que promovem a igualdade de condições, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias, gratuidade do ensino público e gestão democrática. A transformação das escolas públicas em cívico-militares adota um modelo fechado, onde alunos e professores que não se adequem à gestão militarizada podem ser excluídos, ferindo princípios como a liberdade e pluralidade educacional.

Os profissionais de ensino nas escolas cívico-militares perdem autonomia e importância, sendo substituídos por militares sem qualificação educacional e sem concurso público, o que desqualifica o papel do educador e contraria a gestão democrática. A escola deve ser um espaço de democracia, pluralidade e diversidade, onde a ação pedagógica é conduzida por profissionais da educação, e não por uma hierarquia autoritária.

Obviamente produzir conhecimento vai além da simples assimilação dos valores dominantes, sejam eles civilizatórios ou militar-educativos. O debate sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) frequentemente se limita a discutir a falta de competência para atender às demandas da produção capitalista neoliberal ou a promover melhorias na educação básica, conforme o Plano Nacional de Educação. Nesse contexto, a missão da educação é vista como a manutenção do status quo, atendendo aos interesses da classe dominante com o apoio do Ministério da Defesa, sem considerar a educação em sua própria epistemologia. Esse tipo de educação é um produto de alienação e perpetua essa alienação, tornando impossível uma educação epistemologicamente autônoma<sup>ii</sup>. A educação, portanto, deve questionar os pressupostos dominantes da sociedade em que está inserida.

Em conclusão, a transformação de escolas públicas em escolas cívico-militares promove a negação de uma educação inclusiva e democrática, prejudicando a autonomia e a participação ativa dos alunos, que são essenciais para o processo educativo. A escolha do projeto político-pedagógico deve ser baseada na diversidade e na gestão democrática, para que a educação cumpra seu papel de promover a cidadania e a emancipação humana.

## 5 CONCLUSÃO

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) revela um viés político significativo, sendo amplamente visto como uma medida político-ideológica implementada pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Esse programa visava beneficiar militares e imprimir um caráter conservador e moral à educação brasileira.

Políticas públicas devem servir como instrumentos pelos quais o Estado materializa as normas constitucionais, seja diretamente por meio de seus órgãos ou indiretamente através da sociedade civil organizada, com o objetivo de atingir o bem comum e garantir ao povo o gozo dos direitos fundamentais. A educação, em particular, deve promover igualdade, engajamento cidadão e combater qualquer tipo de exclusão e discriminação.

No entanto, é crucial que os processos de formulação e governança das políticas educacionais sejam democráticos, transparentes e inclusivos, envolvendo a participação de cidadãos e profissionais da educação em uma verdadeira gestão democrática da educação (Cássio, 2019, p. 79).

Embora as Escolas Cívico-Militares (EsCM) tenham seu caráter pedagógico regido por professores civis, elas possuem singularidades e configurações políticas específicas de uma orientação doutrinária cívico-nacionalista. Através de ritos, rituais e solenidades, essas escolas buscam alcançar um doutrinamento conservador e a aceitação incontestada das normas impostas aos estudantes. A linguagem militar, as expressões utilizadas nos regimentos e manuais, bem como seus hinos e canções, reforçam um comportamento submisso e uma concepção positivista ligada aos preceitos da família tradicional excludente, da moral conservadora e do civismo hierarquizado.

No ideário militarista, a subjetividade do indivíduo é moldada por ideologias autoritárias e ordeiras que buscam, a qualquer custo, conservar a ordem vigente, mesmo que esta seja injusta e desigual. A base de sua orientação é a hierarquia e a disciplina. Em contraste, a disciplina cidadã deve ser fundamentada em valores democráticos, na autoridade legítima e na superação dos problemas sociais, visando uma sociedade mais justa e fraterna.

A educação militar, sendo uma educação por adesão a um modelo fechado, indiscutível e inquestionável, não desenvolve cidadãos plenos, mas forma crianças-soldado. A educação deve fazer

a transição na mente da criança da esfera privada para a pública, trazendo ideias de equidade, justiça, diversidade e um bem comum com matizes democráticas. Em uma escola autoritária e militarizada, a criança perde a noção do interesse público, do respeito à diversidade plural e dos limites da esfera privada (Santos, 2021).

A gestão escolar deve ser responsabilidade de profissionais da educação, devidamente formados, concursados e especializados nas áreas de educação, exercendo suas funções de forma laica, civil e plural. A organização do ambiente educativo e a ação educativa nas unidades de ensino devem ser conduzidas por esses profissionais.

As Escolas Cívico-Militares criam uma diferenciação nas escolas em termos de infraestrutura, como bibliotecas, quadras, laboratórios e projetos culturais, promovendo uma seleção de estudantes e melhorando as condições de trabalho do pessoal mediante a obediência à hierarquização das relações. Contudo, essa abordagem pode levar a uma segmentação e exclusão, ao invés de promover a inclusão e a equidade educacional.

Em conclusão, a transformação de escolas públicas em escolas cívico-militares pode ser vista como um retrocesso aos modelos autoritários de educação, comprometendo princípios fundamentais da educação democrática e inclusiva. É imprescindível que a gestão da educação seja conduzida por profissionais qualificados, respeitando a diversidade e promovendo a participação ativa e democrática de toda a comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da federação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (org.). A Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: Unesco, 2010. pp. 39-70.

ARAÚJO, Carla. As marcas da violência na constituição da identidade de jovens da periferia. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1, p.141-160, jan./jun. 2001.

BOSCHI, Renato Raul. Violência e Cidade. Rio de Janeiro: Zahar, 17ª ed., 1982.

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.004, (2019, 5 de setembro). Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Presidência da República, 2019c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-10004-5-setembro-2019-789086-publicacaooriginal-159009-pe.html>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.195, (2019, 30 de dezembro). Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 31 dez. 2019e. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.195-de-30-de-dezembro-de-2019-236099560>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 40, de 22 de janeiro de 2021. Altera a Portaria MEC nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, em 2021, para implementação das Escolas 304 Cívico-Militares - Ecim nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 99, 25 jan. 2021b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-40-de-22-de-janeiro-de-2021-300440721>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Microdados do Censo da Educação Básica 2023: Manual do Usuário. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. LDB - Lei n. 9.394/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 5 junho 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 852, de 28 de outubro de 2021. Regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 56, 29 out. 2021c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-852-de-28-de-outubro-de-2021-355830493>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Brasília, DF, 27 ago. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/programas-eacoes/programa-nacional-das-escolas-civico-militares-pecim>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CÁSSIO, Fernando. (org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CMSP – Colégio Militar de São Paulo. Histórico. São Paulo, 26 ago. 2021. Disponível em: <http://www.cmsp.eb.mil.br/index.php/menulateral-historia>. Acesso em: 16 nov. 2021.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira e SANTOS, Maria Rosemary Soares do. Sistema Nacional de Educação e Planejamento no Brasil. Revista Brasileira de Educação. v. 22 n. 71, 2017.

HORTA, José Silvério Baia. Planejamento Educacional. In: SAVIANI, Dermeval et al (org.). Filosofia da educação brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

LIMA, Luiz Octávio de. Anos de chumbo: a militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.

LYNN, Lawrence. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, CA: UCLA, 2013.

MEAD, Lawrence. Public Policy: Vision, Potential, Limits, Policy Currents. 2004.

PERONI, Vera Maria Vidal. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO, Ludimar. Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado. Porto Alegre, RS: UFRS, 2006.

SANFELICE, José Luís. Transformações no Estado-Nação e impactos na educação. In: LUCENA, Carlos (org.). Capitalismo, Estado e educação. Campinas, SP: Alínea, 2008.

SANTOS, Catarina de Almeida. “SENTIDO, DESCANSAR, EM FORMA”: ESCOLA-QUARTEL E A FORMAÇÃO PARA A BARBÁRIE. Educação & Sociedade, v. 42, p. 1-19, mar/2021.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 24ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHERER-WARRER, Ilse. Cidadania sem fronteiras. São Paulo: Hucitec, 2002.

SILVA, Thayane Ellen Machado da. Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Letras e Saúde, 2021.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

---

<sup>i</sup> François Chesnais, A mundialização do capital (São Paulo: Xamã, 1996).

<sup>ii</sup> Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido (21ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.